

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO - CEE - N° 0230/78-AP/DREA - 1749/81

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Educação e A.P.A.E.
De BIRIGUI.

ASSUNTO: CONVÊNIO

RELATOR (A): Conselheiro(a) Eurípedes Malavolta

PARECER - CEE - N° 791/1982 C.PL. APROVADO em 02/06/1982

1 - Histórico

O Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação encaminha a este Conselho Minuta de Convênio a ser celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de BIRIGUI, para fins de atendimento de educandos, deficientes mentais treináveis, que não apresentam condições para frequência em escolas comuns da rede estadual de ensino.

2 - Apreciação

Trata-se de Convênio que vem sendo celebrado há alguns anos, visando a conjugação de esforços e recursos materiais e humanos, no sentido de atendimento a entidades assistências, cabendo à Secretaria de Estado da Educação destinar, além do afastamento de professores, subvenção, objetivando esse atendimento, de conformidade com as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Objetiva o presente Convênio a conjugação de esforços no sentido de promover, em cooperação, o ensino gratuito de Educação Especial, mantido pela ENTIDADE.

CLÁUSULA SEGUNDADAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA

Compete à SECRETARIA:

a) conceder subvenção para a contratação de pessoal docente, de acordo com a disponibilidade financeira do exercício;

b) afastar professor(es) para a regência de classe (s) de Educação Especial.

§ 1° - O(s) professor (es) afastado(s) nos termos desta cláusula prestará(ão) exclusivamente serviços docentes junto à ENTIDADE.

§ 2° - O(s) afastamento(s) previsto (s) neste Convênio obedecerá (ão) à legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS
OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

Compete à ENTIDADE:

a) manter e fazer funcionar o ensino previsto neste Acordo, obedecidas as normas emanadas dos órgãos da SECRETARIA;

b) observar os dispositivos estabelecidos na legislação pertinente à celebração deste Convênio;

c) responsabilizar-se pelas obrigações com os encargos sociais decorrentes da contratação do pessoal docente admitido sob a legislação trabalhista.

CLÁUSULA QUARTA DOS
RECURSOS FINANCEIROS

A subvenção, de responsabilidade da SECRETARIA, prevista na cláusula segunda, alínea "a", para o exercício de 1.982, será no montante de Cr\$ 1.139.424,00 (um milhão, cento e trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e quatro cruzeiros, ocorrendo a despesa à conta do Subelemento Econômico 3.1.3.2.2.0. Outros Serviços e Encargos Custeados com Recursos do Salário_Educa-

ção - Categoria Funcional Programática 08.42.188.2.057 - Atividades para a Melhoria do Processo Ensino - Unidade de Despesa 08.01.01 Gabinete do Secretário.

§ 1º - No caso de aplicação indevida dos recursos coaccedidos pela SECRETARIA, será exigida a sua devolução parcial ou total, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º - Para os exercícios subseqüentes as subvenções Serão fixadas através de Termos Aditivos.

CLÁUSULA QUINTA DOS RECURSOS HUMANOS

A SECRETARIA, conforme sua responsabilidade prevista na cláusula segunda, alínea "b", para o exercício de 1982, afastará junto à ENTIDADE quatro (04) professor(es) para a regência de quatro (04) classe(s) de Educação Especial.

Parágrafo único - Enquanto durar este Convênio e suas eventuais prorrogações, através de Termo Aditivos, novas solicitações de afastamento poderão ser atendidas, desde que fundamentadas pela ENTIDADE e de conveniência da SECRETARIA.

CLÁUSULA SEXTA DO CREDITO

Os recursos liberados serão depositados em conta vinculada a este Convênio, aberta em Agência do Danço do Estado de São Paulo S/A - BANESPA escolhida pela ENTIDADE.

CLÁUSULA SÉTIMA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos provenientes deste Acordo será entregue na Divisão Regional de Ensino a que a ENTIDADE estiver jurisdicionada, obedecidas às instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA OITAVA DA EXECUÇÃO

Cabe à Delegacia de Ensino de Birigui da Divisão Regional de Ensino de Araçatuba, em cuja área de atuação se encontra a ENTIDADE, a administração técnico-pedagógica do Convênio, acompanhando a sua execução e zelando pelo fiel cumprimento das obrigações nele assumidas pelos convenentes, sendo da competência da Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional - Equipe Técnica de Acompanhamento e Controle de Convênios e Projetos-a sua administração técnico-financeira, formalização, acompanhamento e controle.

CLÁUSULA NONA DAS ALTERAÇÕES

Este Convênio poderá ser reformulado e/ou aditado, ten-do em vista a conveniência e interesses dos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA DA DENÚNCIA

A inadimplência das obrigações definidas neste Instrumento implicará na sua denúncia por qualquer dos convenentes garantindo-se aos alunos a continuidade dos estudos até o término do ano letivo considerado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá a duração de 02 (dois) anos, a partir de 1º de janeiro de 1.982, ficando automaticamente prorrogado por mais 03 (três) anos, caso nenhum dos partícipes se manifeste em contrário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DO FORO

Os casos omissos e dúvidas que surgirem na execução deste Convênio serão resolvidos pelos convenientes, de comum acordo, ficando eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo para dirimir questões na esfera judiciária.

E, por estarem concordes, assinam o presente Convênio, em 03 (três) vias de igual teor, na presença dos testemunhos abaixo assinadas.

3 - CONCLUSÃO

Aprova-se a minuta de Convênio a ser celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de BIRIGUI, em que se prevê a subvenção de Cr\$1.139.424,00 (um milhão, cento e trinta e nove mil, quatrocentos e vinte quatro cruzeiros) e o afastamento, à disposição da entidade, respeitadas as exigências da legislação em vigor, de quatro (04) Professor(es) I para fins de atendimento de serviços gratuitos de ensino e para regência de quatro (04) classes de Educação Especial.

São Paulo, 04 de maio 1.982

Conselheiro(a) Eurípedes Malavolta
Relator (a)

4 - DECISÃO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO adota como seu Parecer o Voto do(a) nobre Conselheiro Relator(a).

Presentes os nobres Conselheiros: Eurípedes Malavolta, João Baptista Salles da Silva, Maria Aparecida Tamasso Garcia e Maria de Lourdes Mariotto Haidar.

Sala das Comissões cm, 05 de maio de 1.982

Conselheiro
Eurípedes Malavolta
PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Planejamento, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 02 de Junho de 1982.
a) CONSº MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
PRESIDENTE